

FIEAM destaca relatório da CCJ como vitória do equilíbrio e da segurança jurídica

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) parabeniza os senadores da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pela aprovação do relatório do senador Eduardo Braga no âmbito do PLP 68/2024, que consolida o texto da Reforma Tributária. A decisão demonstra sensibilidade e compromisso com o equilíbrio federativo, a segurança jurídica e a manutenção de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O relatório reafirma a importância de assegurar o diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus (ZFM), já garantido pela Constituição Federal. Não há qualquer ampliação ou criação de novos benefícios fiscais, mas sim a preservação das condições essenciais para que a ZFM continue desempenhando seu papel como motor de desenvolvimento regional e ferramenta de preservação ambiental.

A aprovação deste dispositivo respeita o equilíbrio entre os negócios realizados dentro e fora da ZFM, proporcionando previsibilidade aos setores produtivos e segurança para os investimentos industriais em todo o país. Essa medida não representa ganhos adicionais para a ZFM, mas sim a manutenção de um modelo que historicamente vem promovendo geração de empregos, pesquisa, inovação tecnológica e, acima de tudo, a proteção da Floresta Amazônica.

A decisão da CCJ reforça a necessidade de fortalecer um modelo que contribui não apenas para o Amazonas, mas para o Brasil como um todo, garantindo sustentabilidade econômica e ambiental em harmonia com os princípios constitucionais.

A FIEAM saúda a postura dos senadores e reafirma seu compromisso em continuar colaborando para o desenvolvimento da região e do país.



Antonio Silva

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM)

Manaus, 12 de dezembro de 2024